



Recebido em:
03/08/2017
Aprovado em:
06/08/2017
Editor Respo.: Veleida
Anahi
Bernard Charlort
Método de Avaliação:
Double Blind Review
E-ISSN:1982-3657
Doi:

O PAPEL DA COMISSÃO BRASILEIRO-AMERICANA DE EDUCAÇÃO DAS POPULAÇÕES RURAIS E SEU TRABALHO DE CAPACITAÇÃO DO HOMEM DO CAMPO

MARCOS BATINGA FERRO
MARKUS DE LIMA SILVA
MARCOS ANTÔNIO DO MONTE SANTOS

EIXO: 1. EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal apresentar as contribuições da Comissão Brasileiro-Americana das Populações Rurais (CBAR) para o desenvolvimento das atividades da agricultura brasileira através de ações desenvolvida junto com o Ministério da Agricultura para capacitar o trabalhador rural. A pesquisa é estruturada no período de 1930 a 1950, analisando as influencias da população urbana. Tendo em vista que a educação é o melhor caminho a ser percorrida para solucionar diversos problemas. A pesquisa foi desenvolvida através de fontes bibliográficas, e foram utilizados livros, teses, dissertações, artigos, e também foram consultadas fontes online como o site jusbrasil que disponibiliza paginas do diário oficial do marco temporal da pesquisa, alguns autores utilizados foram: Sonia Regina de Mendonça (2007, 2010), Iraide Marques Freitas Barreiro (2006, 2013).

Palavras-chave: Comissão Brasileiro-Americana. Modernização. Trabalhador Rural.

ABSTRACT

This work has as main objective to present the contributions of the Brazilian-American Commission of the Rural Populations (CBAR) for the development of the Brazilian agriculture activities through actions developed together with the Ministry of Agriculture to train the rural worker. The research is structured in the period from 1930 to 1950, analyzing the influences of the urban population. Considering that education is the best way to be used to solve various problems. The research was developed through bibliographical sources, and were used books, theses, dissertations, articles, and were also consulted online sources such as the site jusbrasil that offers pages of the official journal of the time frame of the research, some authors used were: Sonia Regina de Mendonça (2007, 2010), Iraide Marques Freitas Barreiro (2006, 2013).

Keywords: Brazilian-American Commission. Modernization. Rural worker

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo principal, apresentar as contribuições da C.B.A.R para o desenvolvimento das atividades da agricultura brasileira através de ações desenvolvida junto com o Ministério da Agricultura para capacitar o trabalhador rural, com a finalidade criar meios de fixar o homem do campo em sua terra de origem.

O homem do campo migrou para as grandes cidades devido ao início da industrialização e urbanização no Brasil, que teve início em 1930, este processo denominado de êxodo rural, causou forte impacto na vida urbana como na rural. As classes dominantes não se agradaram dessa crescente migração, pois ao ver destes, esse processo representava uma ameaça à estabilidade social.

Era preciso fazer o trabalhador rural que havia se deslocado para cidade retornar a sua origem e criar subsídios para os que os que lá ainda estavam não migrassem para os centros urbanos, no entanto era preciso estratégias coesas, já que se desenvolveu neste período uma política de governo que tinha como base a industrialização e a modernização, assim era preciso promover a capacitação da agricultura, propor novos métodos de produção e melhorias das técnicas.

Diante do problema da migração e da falta de qualificação dos que lidavam com a terra seria inadequada investir na agricultura sem permitir um preparo a essa população, era preciso produzir com qualidade, e assim a educação passou a ser vista como uma “chave” para desenvolver a agricultura ao mesmo tempo em que permitia ao homem a esse trabalhador o despertar de um sentimento de valorização do seu espaço, seria um meio de fixa-lo em seu meio.

A partir de 1940 o ruralismo pedagógico vai enfraquecendo seus ideais frente a sociedade, em meio a algumas campanhas os debates passaram a girar em torno de desenvolver as comunidades, os Estados Unidos surge com projetos e firma convênios que apresentam estratégias de ação para educação rural que incluem o trabalhador rural adulto, destes encontros surge o acordo entre o Ministério da Agricultura do Brasil e Inter-American Educational Foudation InC, que dará origem a Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (C.B.A.R), da qual trataremos ao longo dessa pesquisa.

O referencial teórico foi apresentado em três tópicos que abordam as seguintes temáticas: Uma breve análise do surgimento dos acordos entre o Brasil e Estados Unidos no período de 1930 a 1950; A criação da Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais, abordando de forma breve seus objetivos e finalidades; e As ações de capacitação das técnicas agrícolas desenvolvidas pela CBAR junto ao Ministério da Agricultura.

A pesquisa foi elaborada a partir de fontes bibliográficas, onde foram utilizados livros, teses, dissertações, artigos, e também foram consultadas fontes online como o site jusbrasil que disponibiliza paginas do diário oficial do marco temporal da pesquisa, enriquecendo de forma significativa nosso trabalho. Alguns dos autores utilizados foram, Sonia Regina de Mendonça (2007, 2010), Iraíde Marques Freitas Barreiro (2006, 2013), Maria Julieta Calazans (1981, 1993), Osvaldo Peralva (1948), Nathalia dos Santos Nicolau (2015), entre outros que cooperaram para que fosse possível atingir o objetivo da pesquisa.

BREVE ANÁLISE DO SURGIMENTO DOS ACORDOS ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS NO PERÍODO DE 1930 A 1950

Antes de direcionarmos nossa explanação sobre a finalidade da Comissão Brasileiro-Americana das populações Rurais (CBAR), propomos uma breve compreensão sobre como esse e outros acordos foram firmados entre o Brasil e os Estados Unidos da América com finalidade de desenvolver as práticas agrícolas. O período de 1940 e 1950 é marcado pelo surgimento de diversos programas e projetos governamentais que estão presente na história da educação agrícola, sendo os programas patrocinados pelo governo norte-americano.

O progresso na nossa agricultura depende, em grande parte, da educação do homem do campo [...]. Uma obra de educação rural não pode, portanto, ficar ‘adstrita’ ao ensino técnico nas poucas escolas destinadas ao preparo profissional dos trabalhadores da agricultura. (CALAZANZ, 1993, p. 21).

Segundo Mendonça (2007), historicamente, Estados Unidos e América Latina, apesar de vizinhos, mantiveram laços

muito mais estreitos com a Europa do que entre si. Só recentemente uma nova conjuntura econômica e política mudaria esse cenário modificando as relações entre ambos, isso ocorre através da “Política da Boa Vizinhança” promovida pelo presidente Roosevelt, nos anos 1930, através do Institute of Inter- American Affairs (IAAA), criado em 1942 e responsável pelo primeiro programa de assistência técnica que tinha como objetivo melhorar as condições de saúde, educação e agricultura Latino América.

Os Estados Unidos desenvolveram várias políticas e projetos que contribuíram com o extensionismo agrícola, o Ministério da Agricultura adota esses acordos em planejamento em médio prazo decorrentes do cumprimento de deliberações determinadas na Terceira Conferencia Interamericana de Agricultura, realizada em Caracas em 1945, a partir desta foi definido pela primeira vez um plano Quadrienal de trabalho, até início de 1950, ficando estabelecido seguir o que previa o Ministério de Produção que tinha como finalidade, orientar, fomentar e defender a produção agropecuária. Sobre o interesse dos Estados Unidos:

O ano de 1945 marcou uma profunda transformação nas relações internacionais, dando aos Estados Unidos uma posição econômica e militar tão inquestionável que a colocaria sob sua tutela o conjunto do capitalismo Ocidental, presidida por sua necessidade de expandir e aprofundar mercados externos para seus produtos, bem como de encontrar novas áreas para investimento de seus excedentes de capitais. Afinal, o crescimento da economia norte-americana ainda dependia de matérias-primas baratas como suporte à crescente capacidade de suas nascentes corporações. (MENDONÇA, 2010 (a), p. 05).

Barreiro (2006) explica que os acordos firmados entre Brasil e Estados Unidos foram resultados de encontros, debates e palestras entre as partes onde estes expunham problemas referentes à condição de vida das populações pobres, em destaque a rural ainda conforme o autor após esses encontros a educação foi definida como fator de segurança nacional, passando a ser critério para o desenvolvimento comunitário- social com capacidade de expandir o desenvolvimento nacional.

De acordo com Mendonça (2010 a), o primeiro acordo, que originou a Comissão Brasileiro-Americana de Óleos, foi assinado por Nelson Rockefeller, diretor do IAAA e o ministro da Agricultura em setembro de 1942; o segundo, firmado entre o DASP, o Serviço de Informação Agrícola da Pasta da Agricultura e o Foreign Office que se destinou à dotação de verbas para financiar a tradução, impressão e distribuição de publicações agrícolas estadunidenses, visando vulgarizar métodos e técnicas destinados à elevação da produtividade agrícola no país.

O terceiro acordo segundo a autora foi denominado Food Supply Program in Brazil e tinha como finalidade maximizar a produção brasileira de gêneros alimentícios; e, finalmente, tem-se o quarto acordo, que deu origem à "Comissão Brasileiro-Americana de Produção de Gêneros Alimentícios" (CBA), com atuação nas regiões Norte-Nordeste do país, incumbida de implantar o Programa de Treinamento Vocacional para trabalhadores rurais. Depois da conferencia:

[...] A Educação Rural, o Plano contou com o suporte de novo acordo firmado, em outubro de 1945, entre o Ministério e a “Fundação Inter-Americana de Educação”, com vigência prevista para o período compreendido entre janeiro de 1946 e junho de 1948. A delonga no depósito dos fundos brasileiros junto ao Banco do Brasil faria com que o tratado tivesse seu início adiado por um ano, [...]. (MENDONÇA, 2007, p. 257).

Conforme Mendonça (2007), deste novo acordo surgiu a Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR), órgão a ser gerenciado pelo Ministério da Agricultura e atuante a partir de 1947 mediante, sobretudo, a proliferação de Centros de Treinamento de Operários Agrários espalhados por todo o país, em especial nas regiões Norte e Nordeste.

A CRIAÇÃO DA COMISSÃO BRASILEIRO- AMERICANA DE EDUCAÇÃO DAS POPULAÇÕES RURAIS (CBAR) : OBJETIVOS E FINALIDADES

De acordo com Sikora. Hidalgo e Junior (2015). em 20 de outubro de 1945 o Ministério da Agricultura reoresentado

por seu Ministro, Sr. Apolônio Sales assina um acordo com a “Inter- American educational Foundation, Inc”, que era uma corporação do Escritório de Negócios Internacionais e repartição do Governo dos Estados Unidos da América, que deu origem a criação da Comissão Brasileiro- Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR). Este acordo foi publicado no diário oficial da União em Abril de 1946, sobre a finalidade do acordo lá esta disposto:

Cláusula I O presente acôrdo visa: Desenvolver relações mais intimas entre professôres do ensino profissional agrícola dos Estados Unidos do Brasil e dos Estados Unidos da América; Facilitar o intercâmbio e o treinamento de brasileiros e americanos especializados em ensino profissional agrícola;

- A. Possibilitar que, no setor da educação rural, sejam programadas outras atividades que possam interessar a ambas as partes. (Diário Oficial da União, 1946).

Conforme Peralva (1948), por esse acordo, a Comissão tornou-se parte integrante do Ministério da Agricultura, conforme a cláusula IV, portanto órgão do poder público, peça da máquina do Estado, parcela do Poder Executivo. O autor também cita a cláusula VII, onde foram conferidos a ela e a todo o pessoal todos os direitos e privilégios que gozam as outras repartições do mesmo Ministério e seus servidores, neste sentido todo o pessoal da Comissão, inclusive os americanos, foi equiparado aos funcionários públicos.

O objetivo do acordo era a coordenação e execução de programas de desenvolvimento de comunidades agrícolas por técnicos americanos e brasileiros, essa parceria possibilitou a formação de meios de capacitação do homem do campo, como os centros de treinamento, semanas ruralistas, clubes agrícolas entre outros. Segundo Barreiro (2006) a CBAR, era composta por um corpo de especialista em educação rural e o acordo propunha a adoção de “Missões Rurais”.

Conforme exposto na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1950), as missões rurais desenvolvidas no Brasil foram inspiradas nas Missões Rurais mexicanas que datam de 1922, após o triunfo da Revolução social do México, quando o Governo propôs uma campanha para construção de escolas primárias para a população indígena, com o objetivo de melhorar a educação rural. Sobre a CBAR:

A Comissão Brasileiro - Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR), que tinha por objetivo investigar e pesquisar as condições econômicas, sociais e culturais da vida rural brasileira; contribuir para o aperfeiçoamento dos padrões educativos, sanitários, assistenciais, cívicos e morais das populações do campo; preparar técnicas para atender às necessidades da educação de base etc. (COSTA, 2015, p. 01)

O acordo conta com 22 cláusulas que deixa claro a finalidade e as obrigações que competem a cada representante de governo. A CBAR deverá atuar como órgão executivo na realização do programa de cooperação educacional, isto é afirmado na cláusula IV e ainda nesta e deixado claro que o superintendente do Ensino Agrícola e veterinário do Ministério da Agricultura será o superintendente da CBAR, representando o Ministério em todos os efeitos do acordo.

Sobre os programas que esta tem autonomia de realizar na cláusula V esta explicito que o programa de cooperação educacional deveria ser constituído por meios de projetos para cada caso especial e que cada projeto, corporificado num documento escrito, e representaria a decisão e tinha que conter as assinaturas do superintendente da CBAR e a do representante especial da fundação. Esta cláusula ainda expõe que esses projetos especiais deveriam especificar o trabalho a ser realizado e a correspondente distribuição de verbas além de outros assuntos relevantes.

De acordo com Barreiro (2013), o ensino agrícola brasileiro foi associado à extensão rural, termo trazido dos Estados Unidos, que apresentava como fundamento central agregar através de valores medidas de elevar o nível de vida do meio rural, tendo o agricultor como alvo. Neste sentido é que a partir da formação da CBAR, esta tem como responsabilidade implantar os centros de treinamentos para trabalhadores rurais adultos, gerenciar as semanas ruralistas e formar os clubes agrícolas para jovens e crianças, buscando criar condições para formação técnica.

4 AÇÕES DE CAPACITAÇÃO DAS TÉCNICAS AGRÍCOLAS DESENVOLVIDAS PELA CBAR E O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Mendonça (2010) explica que os trabalhos desenvolvidos pela CBAR só tiveram concretude a partir de 1947, a partir de três iniciativas, foram elas: a criação de Centros de Treinamento de Operários Agrários, a realização de estudos em Sociologia Rural e Educação visual, além da implementação das semanas ruralistas, que foram responsáveis em disseminar os modernos métodos agrícolas. Alguns autores fazem críticas a forma de implantação dos programas.

Esses programas são despejados em uma determinada região, simultânea ou sucessivamente, sem que seus efeitos sejam cientificamente avaliados. [...] A educação rural em primeiro lugar, apesar de numerosos programas desenvolvidos, sempre representou uma fatia muito pequena e marginal nas preocupações do setor público. (CALAZANZ, 1981, p. 161-162).

A CBAR foi responsável junto com o Ministério da Agricultura por programas voltados para desenvolver o homem do campo e garantir que as gerações futuras fossem capacitadas para manter a demanda da produção agrícola. Um destes e já citado neste trabalho, foram os Centros de Treinamento (CTs) que de acordo com Mendonça (2010) eram destinados exclusivamente à qualificação profissional de trabalhadores rurais adultos.

Almeida e Cavalcante (2015) explicam que as atividades dos Centros de Treinamento de Operários Agrícolas destinavam-se aos estudos de sociologia rural, à assistência social aos estabelecimentos agrícolas sem recursos e ao intercâmbio de conhecimentos, com a viagem de educadores e técnicos nacionais aos Estados Unidos.

De acordo com Mendonça (2007), os Centros respondiam pela produção de alimentos e animais para o auto abastecimento dos alunos, em sua quase totalidade adultos, também comercializam com as comunidades vizinhas. A autora ratifica que os centros de treinamento foram que mais ênfases mereceram da CBAR, tendo-se multiplicado após 1946 através de inúmeros convênios firmados entre a Comissão, agências do Governo Federal, dos governos estaduais e da própria iniciativa privada.

Outra medida de aperfeiçoamento das técnicas agrícolas se deu através dos clubes agrícolas, de acordo com Nicolau (2015), o Ministério da Agricultura tinha em vista a criação desses clubes como proposta de complementação da educação dos jovens, afirmando que estes desenvolviam melhores condições para preparar os futuros trabalhadores. A ideia de nacionalizar os clubes agrícolas, que passaram a ser analisados pelo Ministério da Agricultura e a Sociedade Nacional da Agricultura (SNA), ocorreu pelo fato do Ministério da Educação e Saúde criado em 1930 não apresentar um projeto firme de educação rural, pois este apesar de defender a expansão de escolas primária, tinham projetos que se distanciava de modelos de projetos que estivessem voltados para a educação do campo.

A autora explica que a educação rural era vinculada inicialmente as ideias e demandas da SNA, que era responsável em afirmar que os clubes seriam espaços extraescolares, que seriam vinculados em forma de anexo às escolas primárias das zonas rurais estes seriam subordinadas ao Ministério da Educação, no entanto a responsabilidade dos clubes agrícolas era do Ministério da Agricultura. Neste sentido:

Ao Ministério da Agricultura cabia o Ensino agrícola de cunho profissionalizante-incluindo aprendizagens escolares. Centros Agrícolas. Escolas técnicas rurais e Ensino agrônomo-enquanto ao MES competia o ensino primário- incluindo os grupos escolares no campo - o ensino médio e superiores não agrícolas.

(MENDONÇA, 2010, p. 46).

Sobre a organização dos clubes Nicolau (2015), explica que estes eram organizados através de atividades com práticas agrícolas e reuniões semanais onde participavam os “clubistas” e a comunidade. As atividades realizadas na instituição eram registradas em ata pelo Serviço de Informação Agrícola (S.I.A) do Ministério da Agricultura, segundo a autora também era elaborados relatórios anuais que tinha a finalidade de prestar contas dos subsídios fornecidos pelo

Estado e outras agências financiadoras.

O discurso presente nas propostas de desenvolvimento através dos projetos das atividades cotidianas desses clubes e também na educação rural de forma geral visava atender a interesses da classe dominante, que tinha como objetivo o aumento da produtividade agrícola através da qualificação das crianças e jovens que frequentavam os clubes como futura mão de obra para o campo.

No âmbito da escola, os Clubes Agrícolas receberam a responsabilidade de, mais de perto e atentamente, relacionarem-se com “a vocação agrícola do Brasil” e com a questão do êxodo rural, que se tornará um problema de debate nacional. (FIORI, 2002, p. 235).

A S.I.A distribuía uma documentação chamada de Série Clubes Agrícolas para todos que trabalhavam nestes, principalmente professores e alunos e de acordo com Nicolau (2015), era possível perceber em alguns volumes aos quais a autora teve acesso, que era nítido o valor e o amor a terra, a gratidão de ser poder trabalhar na mesma, também eram ensinados hábitos de alimentação e higiene, economia doméstica, além de aprenderem a criar jardim, cuidar da horta e usar novas técnicas para executar essas tarefas.

As semanas ruralistas também foram de iniciativa da CBAR, e esta apresentada em nota no Diário Oficial da União as seguintes informações:

Com a colaboração da Comissão Brasileiro- Americana de Educação das Populações Rurais (C.B.A.R), a Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinária do Ministério da Agricultura levar a efeito três “Semanas Ruralistas” no nordeste. A primeira, de 10 a 16 de setembro próximo futuro, na Escola Agrícola “Floriano Peixoto”, instalada em Satuba. Alagoas; a segunda, de 22 a 26 do mesmo, mês, na Escola Agrícola “João Coimbra”, de Barreiros, Pernambuco, e a terceira, de 29 de setembro a 4 de outubro, na Escola Agrotécnica “Vidal de Negreiros”, no Município de Bananeiras, na Paraíba. (Diário Oficial da União, Seção 1, p. 7, 1947).

Também esta explicita nesta seção do DOU (1947), que durante a realização dessas semanas ruralistas os lavradores, criadores e professores rurais, teriam aulas práticas sobre hortipomicultura, defesa sanitária animal e vegetal, contabilidade agrícola, medicina rural, criação dos grandes e pequenos animais, fenação, ensilagem e também seriam ofertados cursos rápidos sobre educação rural entre outros.

Ainda no mesmo documento, fica explícito que haveria exposição de produtos regionais em cada uma dessas semanas, tendo destruição de prêmios, e visando cooperar com o Serviço de Informação Agrícola (S. I.A.), também seriam destruídas publicações abordando a temática sobre a agropecuária, com distribuição aos interessados até cópias de filmes educativos e distribuição de sementes e material de alfabetização.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aqui apresentada tornou possível a compreensão de que as ações promovidas no período de 1930 a 1950 para capacitar o trabalhador do campo apresentavam os interesses das classes dominantes, que estavam estruturadas em defesa do bem esta social e do desenvolvimento econômico do país, já que este período reflete mudanças significativas devido ao advento da modernidade que trouxe o processo de industrialização e urbanização para o Brasil, que resultou na migração da população do campo para os centros urbanos.

Ficou evidente que uma das formas de manter o equilíbrio social seria conter o êxodo rural, neste sentido com base nos autores estudados, estes programas criados favoreceram a permanência do homem do campo em sua terra de origem, pois a “Pedagogia Ruralista” visava despertar neles o amor a terra, além de desenvolver a agricultura através de técnicas e métodos inovadores, trazidos pelos Estados Unidos.

No entanto para empregar as técnicas e métodos modernos para desenvolver a agricultura brasileira era preciso capacitar o trabalhador rural assim, este deveria ser instruído e capacitado, e foi a partir de encontros e debates que a educação da população rural passa a ser vista como a “chave” do processo de contenção da migração. Os Estados Unidos que até hoje tem influencia sob diversos países é o responsável por diversos programas criados no Brasil nesse período, foi sem dúvida fundamental em todo esse desenvolvimento, já que seus projetos e ações visavam uma forma de educação que incluía o adulto.

Com isso acreditamos que apesar de haver críticas entre alguns autores sobre a forma como estes programas foram empregados, onde afirmam que não foi considerado o contexto social e as particularidades de cada região, ainda assim afirmamos que a partir do acordo firmado entre Estados Unidos e Brasil, que resultou na criação da Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais, responsável junto com o Ministério da Agricultura Brasileiro, por programas que capacitaram o produtor rural dos adultos aos mais jovens, torna-se um marco para o ensino rural e para o próprio desenvolvimento nacional, foram parcerias como estas que permitiram que o país tivesse a oportunidade de tentar adequar-se a modernidade além de garantir uma melhor qualidade de vida a que estava no campo, já que para a sociedade não era viável a migração.

REFERÊNCIAS

LMEIDA, J.W.de; CAVALCANTE, M.J.M. **O ensino agrícola e as implicações de uma vivência compartilhada**. 14º Congresso de História da Educação, Ceará, 2015.

ARREIRO, I. M. de F. **Articulação entre desenvolvimento econômico e educação aos países latinos: Educação rural no Brasil- anos cinquenta**. Projeto História, p. 123-142, São Paulo, 2006.

_____. Formação para o ensino agrícola nos Centros de Treinamento de professores e auxiliares rurais (1952-1963). **Revista Brasileira de Educação**, V. 18, n. 54, Jul./Set., 2013.

RASIL. Acordo firmado entre Ministério da Agricultura dos Estados Unidos do American Education Foundation, Brasil e Inter Educação Rural. Seção 1, p. 7. **Diário Oficial da União**, 1946.

RASIL. Organização e manutenção dos Centros de Treinamentos. Seção, 1, p. 7, **Diário Oficial da União**, 1947.

RASIL. Semanas Ruralistas no nordeste. Seção 1, p. 7. **Diário Oficial da União**, 1947.

ALAZANS, M.J. et.al. Políticas educacionais: Questões e contradições da educação rural no Brasil. In: WERTEIN, J. ORDENAVE, J.D. (org.). **Educação Rural no Terceiro mundo: experiências e novas alternativas**. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1981.

_____. Para Compreender a educação do Estado no meio rural. In: THERRIE, N. J; DAMASCENO, M.N. (org.) **Educação e escola no campo**. Editora Papirus, São Paulo, 1993.

OSTA, A. **Educação Rural: um mergulho ao longo de sua história**. Publicado em 2015. Disponível em <http://www.rhportal.com.br/artigos/rh.phprh=educa%c30-Rural&idccad=n4hj3awvs>. Acesso em 20 de Maio de 2016.

IORI, N.A. Clube Agrícola em Santa Catarina: ruralismo e nacionalismo na escola. **Revista Perspectiva**, V. 20, n. special, p. 231-260, Jul./Dez, Florianópolis, 2002.

ENDONÇA, S. R. de. Conflitos interestatais e políticos de educação agrícola no Brasil (1930-1950). **Revista Tempos**

istóricos. Vol. 10 1º semestre, Niterói, 2007.

_____ Ensino agrícola e a influência norte-americana no Brasil (1945-1961). **Revista Tempos históricos**, Vol. 15, n. 29, Jul./Dez. Niterói, 2010 (a).

_____ Extensão rural e hegemonia norte americana no Brasil. **Revista História Unisinos**, Vol. 14, n. 2, aio./Agosto, 2010.

ICOLAU, N. dos. S. **A educação construída nos Clubes Agrícolas**: O papel da professora no ensino de crianças e vens do meio rural (1945-1960). XVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis, 2015.

LIVEIRA, M.R.D. de. **A escola rural da Vila da Paz, um ensaio etnográfico**, (Dissertação de Mestrado). niversidade Federal do Pará. Centro Agropecuário/ Embrapa Amazônia Oriental, 2003.

ERALVA, O. O imperialismo lanque domina o aparelho estatal do Brasil. **Revista Mensal de Cultura Política**, nº 13, ' ed. 1948.

EVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS. Vol. 14, nº 38, 1950.

IKORA, D; HIDALGO, A.M; JUNIOR, C. H. A educação rural no Paraná, uma análise a partir de Guarapuara. **Revista ducação e Realidade**, Vol. 40, n. 4, p. 1127-1148, Out./ Dez, Porto Alegre, 2015.

LMEIDA, J.W.de; CAVALCANTE, M.J.M. **O ensino agrícola e as implicações de uma vivência compartilhada**. 14º ongresso de História da Educação, Ceará, 2015.

ARREIRO, I. M. de F. **Articulação entre desenvolvimento econômico e educação aos países latinos**: Educação iral no Brasil- anos cinquenta. Projeto História, p. 123-142, São Paulo, 2006.

_____ Formação para o ensino agrícola nos Centros de Treinamento de professores e auxiliares rurais 952-1963). **Revista Brasileira de Educação**, V. 18, n. 54, Jul./Set., 2013.

RASIL. Acordo firmado entre Ministério da Agricultura dos Estados Unidos do American Education Foundation, Brasil e Inter Educação Rural. Seção 1, p. 7. **Diário Oficial da União**, 1946.

RASIL. Organização e manutenção dos Centros de Treinamentos. Seção, 1, p. 7, **Diário Oficial da União**, 1947.

RASIL. Semanas Ruralistas no nordeste. Seção 1, p. 7. **Diário Oficial da União**, 1947.

ALAZANS, M.J. et.al. Políticas educacionais: Questões e contradições da educação rural no Brasil. In: WERTEIN, J. ORDENAVE, J.D. (org.). **Educação Rural no Terceiro mundo**: experiências e novas alternativas. Editora Paz e erra, Rio de Janeiro, 1981.

_____ Para Compreender a educação do Estado no meio rural. In: THERRIE, N. J; DAMASCENO, M.N. (org.) **Educação e escola no campo**. Editora Papirus, São Paulo, 1993.

OSTA. A. **Educação Rural**: um mergulho ao longo de sua história. Publicado em 2015. Disponível em <http://www.rhportal.com.br/artigos/rh.phprh=educa%c30-Rural&idccad=n4hj3awvs>. Acesso em 20 de Maio de 2016.

IORI, N.A. Clube Agrícola em Santa Catarina: ruralismo e nacionalismo na escola. **Revista Perspectiva**, V. 20, n. special, p. 231-260, Jul./Dez, Florianópolis, 2002.

ENDONÇA, S. R. de. Conflitos interestatais e políticos de educação agrícola no Brasil (1930-1950). **Revista Tempos históricos**. Vol. 10 1º semestre, Niterói, 2007.

_____ Ensino agrícola e a influência norte-americana no Brasil (1945-1961). **Revista Tempos históricos**, Vol. 15, n. 29, Jul./Dez. Niterói, 2010 (a).

_____ Extensão rural e hegemonia norte americana no Brasil. **Revista História Unisinos**, Vol. 14, n. 2, maio./Agosto, 2010.

ICOLAU, N. dos. S. **A educação construída nos Clubes Agrícolas**: O papel da professora no ensino de crianças e jovens do meio rural (1945-1960). XVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis, 2015.

LIVEIRA, M.R.D. de. **A escola rural da Vila da Paz, um ensaio etnográfico**, (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Pará. Centro Agropecuário/ Embrapa Amazônia Oriental, 2003.

ERALVA, O. O imperialismo lanque domina o aparelho estatal do Brasil. **Revista Mensal de Cultura Política**, nº 13, 1ª ed. 1948.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS. Vol. 14, nº 38, 1950.

IKORA, D; HIDALGO, A.M; JUNIOR, C. H. A educação rural no Paraná, uma análise a partir de Guarapuara. **Revista Educação e Realidade**, Vol. 40, n. 4, p. 1127-1148, Out./ Dez, Porto Alegre, 2015.